FUNCIONÁRIO PÚBLICO — TEMPO DE SERVIÇO — JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL

— A justificação judicial é meio de prova inteiramente desacreditado, só admissível na impossibilidade de melhor.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 3.483-56

PARECER

I

Elívia Maria Teresa Dineli, servidora dêste Departamento, requer seja reexaminado o processo n.º 5.460-55, para o fim de computar-se o tempo de serviço prestado ao Serviço de Documentação do D.A.S.P., como colaboradora, remunerado pela antiga Verba 3, no período de março de 1944 a julho de 1946.

2. Sôbre o assunto teve oportunidade de manifestar-se o meu ilustre antecessor, que entendeu computável apenas o período comprovado no mapa oferecido pelo Serviço de Documentação, deduzidos os meses intermediários, a respeito dos quais silenciara aquêle Serviço.

3. Volta, agora, a requerente, pedindo reexame do caso, atendendo a que fizera prova da prestação de serviço durante todo o período acima referido,

mediante justificação judicial que, assim, não fôra aceita.

II

4. Como tive oportunidade de salientar no parecer emitido no processo n.º 37-56, publicado no *Diário Oficial*, de 22 de março do corrente ano, à página 5.385, a justificação judicial é meio de prova inteiramente desacreditado, só admissível na impossibilidade de melhor.

5. Daí as justas restrições feitas pelo meu eminente antecessor, as quais subscrevo, não considerando, neste caso, o meio probatório oferecido.

6. Trata-se, evidentemente, de matéria de fato e não de direito. O ônus da prova cabe à requerente, que, na ausência de elementos na repartição, por extravio ou perda de recibos, como alegado, terá de oferecer dados seguros sobre a prestação dêsse serviço, durante

o lapso de tempo carente de comprovação.

7. Ora, o pagamento efetuado à suplicante no período a comprovar deve ter sido objeto de prestação de contas, havendo, assim, dados precisos no órgão constitucionalmente incumbido de apreciá-la — o Tribunal de Contas da União, motivo por que a justificação judicial de que se trata, no meu entender, não pode ser aceita.

8. Restando um meio probatório de melhor valia, não se recorre à justificação judicial, por ser esta, na *communis opinio*, de precária eficiência como prova.

É o meu parecer. — S. M. J.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1956.
— *Clenício da Silva Duarte*, Consultor Jurídico.

Aprovado. Em 22-8-56. — *J. Guilherme de Aragão*.